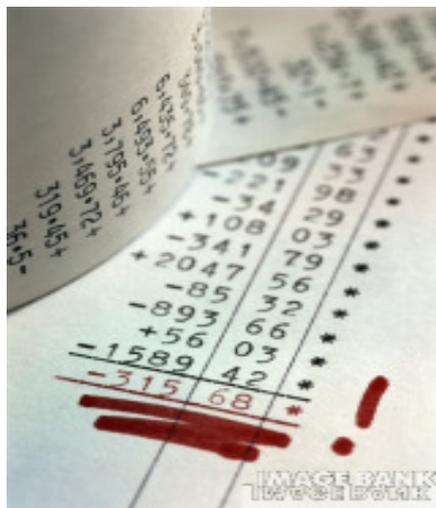


Falando de Direito

Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos
"Margarida Maria Alves"

Ano 3 - Nº 8 - abril, maio e junho de 2005



Curadoria identifica falta de transparência em fundações

Diógenes de Luna

um formulário para cadastrar a entidade junto à curadoria. Todas as 82 fundações serão visitadas.

O curador explica que as irregularidades podem levar à exclusão da pessoa que estiver prejudicando a fundação, ou mesmo a extinção da entidade. Caso seja fechada, o patrimônio da fundação é doado para outra que tenha uma missão equivalente.

Ele enfatiza que a missão da curadoria é de auxiliar no desenvolvimento das entidades, e não servir apenas como órgão repressor ou punitivo. “Nosso interesse é que o número de entidades cresça, desde que cumpram suas missões”, explicita.

O mesmo levantamento quantitativo será feito junto a outras instituições sem fins lucrativos da capital, como as organizações não-governamentais (ONGs). Os procedimentos de visitação e apuração de anormalidades também serão realizados em breve.

Ainda não existem denúncias de desvios de verba ou sonegação de impostos por parte das entidades situadas em João Pessoa, mas a prestação de contas ao MP é a maior preocupação da curadoria até o momento. Números ou outras informações sobre aquelas que estão regulares não estão disponíveis.

Apuração de crimes - A lei

obriga que as entidades prestem contas ao Ministério Público. “A ausência de repasse de prestação de contas e o desvio de finalidade já caracterizam irregularidades”, confirma Amaral. Na prestação de contas, devem constar tanto o efetivo financeiro recebido pela entidade quanto as suas despesas.



Curador de Fundações Alexandre do Amaral destaca irregularidades em algumas fundações da cidade

Serviço - A Curadoria das Fundações funciona na sede do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, na rua 13 de Maio, nº 691, Centro de João Pessoa. O local recebe denúncias de irregularidades em fundações e ONGs através do telefone (83) 2107 6121. Outros serviços como alterações em estatuto, emissão de atestados de funcionamento, além da institucionalização de entidades também são prestados pela curadoria.

Indícios de ausência de repasse de prestação de contas e desvios na missão de algumas fundações de João Pessoa são as primeiras irregularidades identificadas pela recém criada Curadoria de Fundações. O órgão, instaurado em fevereiro desse ano, é um núcleo especializado do Ministério Público (MP) e tem como objetivos orientar e acompanhar o funcionamento de cada fundação e entidade sem fins lucrativos da capital, além de verificar irregularidades no funcionamento delas.

De acordo com levantamento realizado pela curadoria junto ao Cartório Toscano de Brito, existem 82 fundações constituídas na cidade.

O curador Alexandre Amaral esteve na Fundação Margarida Maria Alves no primeiro dia de visitação às entidades existentes em João Pessoa. Ele pediu que fossem enviadas as cinco últimas prestações de contas da Fundação ao MP. Questionou sobre quem integra o conselho diretor e o quadro de pessoal da entidade. Ele forneceu

A Fundação fala

Editorial

Vigilância. Esta deve ser a palavra de ordem da população em relação às medidas tomadas para dar cumprimento ao fim do nepotismo no Judiciário paraibano. Os anúncios através da mídia de que os parentes dos magistrados estão sendo demitidos representam um passo adiante, mas será que eles representam a realidade completa? Será que de fato as regras estão sendo seguidas? Ou por trás de tudo isso não estão sendo encontradas novas formas de ludibriar a lei?

Em Pernambuco, onde a Associação Juízes para a Democracia fez uma pesquisa sobre o tema, 40% dos cargos de confiança do Tribunal de Justiça eram ocupados por parentes de desembargadores, o que indica que as demissões paraibanas ainda podem ser apenas a ponta do iceberg. Para a Associação, todo esse processo é resultado da ação de um órgão de controle externo do Judiciário, que acabou obrigando o Conselho Nacional de Justiça a pôr fim ao nepotismo. Na Paraíba, enquanto membro do Focoej, a Fundação e outras entidades estão alertas para o problema, já que de nada adiantará estabelecer novas regras a serem descumpridas. E o papel de cada cidadão é importante neste processo, já que cada um pode e deve denunciar situações que contrariem a lei.

EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. End. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Tele-fax: 3221 3014 www.fundacaomargaridaalves.org.br fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br Jornalista responsável: Aline Oliveira (1963/PB). Reportagem e diagramação: Aline Oliveira e Diógenes de Luna. Tiragem: 700 exemplares. Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor Impressão:

Caso Márcia Barbosa

Oito anos de impunidade

Cândida Magalhães

Advogada da Fundação Margarida Maria Alves



No dia 17 de junho de 1998, a estudante Márcia Barbosa de Souza foi encontrada morta em um terreno baldio na praia de Cabo Branco, em João Pessoa, Paraíba. Márcia morreu asfixiada, e pelas provas colhidas, um dos autores do citado crime seria o ex-deputado estadual Aécio Pereira de Lima.

Por duas vezes o Ministério Público da Paraíba pediu autorização à Assembléia Legislativa para processá-lo, o que foi negado. Diversas entidades locais e regionais constituíram redes de mobilização e de pressão junto ao Poder Público paraibano para que houvesse a autorização necessária para instaurar o processo criminal.

A Emenda Constitucional nº 35/2001, de 20 de dezembro de 2001, imprime nova redação ao art. 53 da Constituição Federal de 1988, que estabelecia a obrigatoriedade de permissão da Câmara dos Deputados ou do Senado para que seus membros fossem processados. Com ela, muda-se a lógica da imunidade parlamentar, permitindo que o Poder Judiciário inicie o processo criminal sem a interferência do Legislativo, que só poderá interromper posteriormente o procedimento.

Com base nesta Emenda, em 21 de outubro de 2002, o Ministério Público deu parecer concluindo que o Judiciário desse andamento ao processo no Tribunal do Júri. Em fevereiro de 2003, o processo foi distribuído para o Fórum Criminal. A denúncia contra Aécio afirma que a estudante foi assassinada por motivo fútil e seu corpo ocultado. O ex-deputado foi interrogado em 7 de abril de 2003, no 1º Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa. Em 2003, foram realizadas audiências para

inquirição da testemunha arroladas pela acusação e pela defesa. O Juiz ofereceu a pronúncia do caso para levar Aécio ao banco dos réus. Seu advogado, Bóris Trindade, é reconhecido pelas artimanhas de protelar processos que se arrastam pelo número de recursos que ele interpõe até exaurir, no intuito de garantir a impunidade de seu constituinte.

O advogado entrou com um recurso contra a pronúncia por insuficiência de provas da autoria, que foi negado pelo TJ da Paraíba, decisão que só poderá ser modificada pelo STJ em eventual recurso que, inegavelmente, seria apenas protelatório.

Segundo o juiz titular do 1º Tribunal do Júri, Doutor João Alves da Silva, assim que o processo retornar às suas mãos, será incluído como prioridade na pauta de julgamentos, sendo o primeiro a ser julgado imediatamente após os processos de réu preso, como a lei determina. Desta forma, ele acredita que se os recursos protelatórios forem indeferidos pelo STJ, o processo será julgado em novembro próximo.

A Fundação de Direitos Humanos Margarida Maria Alves tem participado de reunião com advogados do Gabinete de Assessoria Jurídica aos Movimentos Populares (GAJOP), de Recife e Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), do Rio de Janeiro, com o objetivo de monitorar o processo de Márcia Barbosa e pelo interesse de atualizar este caso e o de Margarida Maria Alves junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

O Movimento de Direitos Humanos está em alerta e espera do corpo de jurados e dos operadores do direito da Paraíba, a justiça com a condenação de Aécio Pereira pela morte de Márcia Barbosa. Que não se repita a impunidade

Caro leitor, você também pode contribuir para a continuidade dos programas e projetos na defesa dos Direitos Humanos, promoção e exercício da cidadania, desenvolvidos pela Fundação, através de doações na **Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco** ou adquirindo nossos produtos.



Comunidades virtuais fazem campanha contra DH

Aline Oliveira

“Se você acha que só bandido, marginal, criminoso e delinqüente têm direitos humanos; se você acredita que falar, protestar e fazer passeatas não adianta nada sem o uso de severa punição; este é o seu lugar! Sem punição e disciplina, nunca teremos os verdadeiros direitos humanos.” É assim que se apresenta uma das oito comunidades virtuais que estão fazendo campanha - inconsciente e silenciosa - contra os Direitos Humanos na maior rede de relações virtuais da atualidade, o site Orkut. São pelo menos 6 mil pessoas que utilizam o espaço para criticar o que é identificado apenas como “defensores dos DH”.

Sete dessas comunidades são intituladas de “Eu Odeio Direitos Humanos”. Nas demais, só quando o visitante entra no perfil identifica o seu conteúdo. Nos fóruns de discussão que se formam

dentro das comunidades, é possível ver tópicos como “Deviam fazer um feriado do Carandiru”. Lá, um membro chamado Sérgio defende que todo cidadão tenha direito a sair um dia no ano armado e podendo matar quantos bandidos puder. E este é só um exemplo.

Atuando como espaços que reúnem um público em sua maioria jovem, o calor das discussões dentro das comunidades do Orkut ainda passa longe das preocupações das entidades, mas já chama a atenção de alguns membros da comunidade virtual. Uma dessas pessoas abriu, de forma anônima, um tópico em umas das comunidades perguntando se ela era nazi-fascista. O conteúdo das respostas é variado e passa por declarações como “só queremos ver bandido morto”, “não há nada mais

parecido com um nazista do que um socialista” e “defendemos apenas o fim dos marginais”.

O criador da mais populosa comunidade com esse fim no Orkut, uma das “Eu Odeio os Direitos Humanos”, Leandro Parente, conseguiu a atenção de mais de 4,6 mil pessoas quase sem querer. Achando que seria rechaçado, acabou nem participando das primeiras discussões. Um dia voltou lá e se espantou com o sucesso, que ele credita ao fato de as pessoas estarem “realmente fartas dessa impunidade”. “Eu montei a comunidade apenas porque sinto que a situação atual no Brasil é caótica e estamos caminhando ferozmente em direção a uma guerra civil”, justifica.

Membros se amparam na liberdade de expressão

Leandro se identifica como um defensor da liberdade de expressão e acredita que é preciso “ter o direito de falar e reclamar das coisas que nos agriem”. E é também em nome dela que a advogada da Fundação Margarida Maria Alves, Anna Izabella Chaves, prefere não julgar este tipo de iniciativa como ilegal. “É preciso resguardar este direito, mas de forma que ele não atinja o direito de

outras pessoas, é preciso separar o joio do trigo”, acredita.

Para Izabella, quem participa destas discussões não tem sequer conhecimento do que são DH. Ela cita o exemplo da garantia de medicamentos gratuitos para soropositivos, uma política pública adotada depois de muito combate das entidades. O membro anônimo que provocou uma participação recorde na comunidade lembra que a liberdade de expressão tão defendida dentro das comunidades é um direito humano fundamental. “Odiar os direitos humanos é odiar os próprios direitos”, pondera. Por outro lado, mesmo não conhecendo entidades de direitos humanos, Leandro admite ser a favor dos que se relacionam com a saúde, a alimentação, a erradicação do trabalho escravo e a vida.



Mulheres em destaque na turma de Juristas em 2006

Aline Oliveira

As mulheres são maioria na turma e a defesa dos direitos femininos são o tema de trabalho de três das 12 entidades que estão participando da versão 2006 do Curso de Formação de Juristas Populares. O encontro introdutório aconteceu no dia 11 de março, no Mosteiro de São Bento e a Fundação Margarida Maria Alves, que promove o curso desde 1999, comemora a diversidade da turma deste ano. Entre os participantes, quatro deles têm nível superior, dois não chegaram a completar o ensino fundamental, dois são adolescentes e um tem mais de 45 anos.

Para a advogada da Fundação e coordenadora do curso, Anna Izabella Chaves, “esta variedade no perfil dos cursistas dá uma noção da importância do projeto, que atende a tantos públicos e demandas diferentes”. A turma tem 30 alunos,



Diversidade - Turma de 2006 mistura idades, níveis de escolaridade e gêneros

todos ligados a movimentos e entidades de organização social, com atuação em João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e Santa Fé.

Entre os alunos, a expectativa é enorme. Dulcivânia Elias da Silva do Grupo Maria Quitéria, já havia se candidatado a uma vaga do curso em outros anos e agora que conseguiu, pretende aproveitar. “Quero aprender para buscar formas de fortalecer o meu movimento”, explica. Já Fabrícia da Silva Santos viu no curso a oportunidade de melhorar sua atuação no Centro Dom Oscar Romero. “Estar aqui é um privilégio porque eu mesma conheço outras entidades que desejam enviar seus membros para ter essa formação”, avalia.

Este ano o Curso tem novidades, com a reestruturação dos módulos e a inclusão de novas oficinas. Entre os temas das oficinas estão cidadania, Direitos Humanos, gênero, direito do consumidor e comunicação escrita. Os módulos abrangem as diversas áreas do direito, incluindo política urbana e os instrumentos disponíveis. O curso dura um ano e acontece nos finais de semana, uma vez por mês e não forma bacharéis em Direito, mas Juristas Populares.

Paraibana ganha prêmio Federal

No último dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, Elizabeth Teixeira tornou-se a primeira paraibana a receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, concedido pelo Senado Federal a mulheres que tenham prestado relevantes serviços em defesa dos direitos femininos. Viúva do líder camponês João Pedro Teixeira - assassinado no período da ditadura militar - Elizabeth esteve foragida da ditadura militar durante três décadas, vivendo na clandestinidade. Sua maior bandeira de luta sempre foi a reforma agrária, o que a torna até hoje um ícone das lutas rurais.

A história de Elizabeth era uma das 54 indicadas para a quinta edição do prêmio e, junto com ela, outras quatro mulheres foram escolhidas. Entraram na lista uma índia, uma sindicalista rural, uma delegada e uma servidora pública.

Turma 2006

João Pessoa

Grupo de Mulheres Maria Quitéria

Associação Paraibana dos Amigos da Natureza

Movimento Nacional de Luta pela Moradia

Núcleo de Defesa da Vida Dom Helder Câmara

Comunidade Operária do Bairro das Industrias

Associação dos Familiares de Deficientes

Santa Rita

Associação de Moradores de Forte Velho

Associação Flor Mulher

Centro de Defesa dos DH Dom Oscar Romero

Consulta Popular /Núcleo

Tibirí Bayeux

Pastoral da Mulher

Associação Comunitária do Loteamento Casa Branca

Santuário Padre Ibiapina

Prefeitura de JP constrói 1,6 mil casas; déficit cai 4%

Diógenes de Luna

Duzentas casas populares estão sendo construídas na primeira etapa do loteamento Parque Sul, próximo ao bairro do Grotão, em João Pessoa. Elas beneficiarão famílias carentes que vivem em acampamentos na capital. As primeiras unidades começaram a ser construídas em março e têm prazo de seis meses para entrega. No total, 1,4 mil casas serão entregues em um ano.

A obra é resultado de um convênio entre a Caixa Econômica Federal (CEF), o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Giovane Freire, representante da Secretaria de Habitação do município, explica que existem três linhas de financiamento: o Crédito Solidário da CEF, a resolução 460, que dispõe de recursos do FGTS, e verba do Orçamento da União.

Cada casa da primeira etapa custa em torno de R\$ 13 mil, que incluem a infra-estrutura de água, luz e esgotamento sanitário e o terreno para beneficiar famílias cadastradas pelo MNLN. Outras 959 casas serão destinadas às famílias acampadas espalhadas pela cidade, e àquelas cujas casas foram levadas por chuvas.

O secretário adjunto de habitação, João Azevedo, explica que as casas terão dois quartos, salas de jantar e estar, cozinha e banheiro. “Cada casa custará ao morador uma prestação que vai variar entre R\$ 30 e R\$ 50, equivalente a 40% do valor dela”, declara.

O Parque Sul contará ainda com uma escola, um posto do Programa Saúde da Família com quatro equipes, um ginásio de esportes coberto e uma creche para

atender 90 crianças.

De acordo com Giovane, a previsão da Prefeitura Municipal é de construir mais 200 casas além das 1,4 mil, somando um total de 1,6 mil casas entregues a populações de baixa renda da capital. “Essas casas serão construídas no Bairro das Indústrias, mas ainda não sabemos quanto vai custar cada uma”, explica.

Déficit é de 40 mil casas - João Pessoa

possui um déficit habitacional de 40 mil casas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A construção das 1,6 mil residências representa a diminuição de 4% desse número. Em nível estadual, em 2004 o déficit já era de mais de 130 mil casas. Para diminuir esses índices, o

Governo do Estado anunciou a construção de 6,5 mil casas, que serão construídas em cem municípios paraibanos. De acordo com a Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap), as obras contam com recursos de financiamento do programa Pró-Moradia, do Ministério das Cidades.



Moradia - Casas abrigarão 1,6 mil famílias carentes

Regularização fundiária online

A biblioteca virtual sobre regularização fundiária do Ministério das Cidades está acessível na internet. O serviço é acessado no endereço www.cidades.gov.br e visa subsidiar, com material teórico, ações que promovam o direito à moradia.

O acervo da biblioteca apresenta experiências positivas de ações que promoveram a propriedade urbana e o direito à moradia. Textos sobre concessão de direito real de uso, direito de superfície, usucapião, assim como as legislações referentes ao tema também estão online.

Todo o material provém de instituições que fazem parte do

Fórum de Debate sobre Regularização Fundiária, realizado pelo e-mail regularizacao@ciudades.gov.br. Referências sobre a temática podem ser enviadas ao Fórum.

Ao entrar na página do Ministério, o internauta deve clicar no link *MCidades*, no canto superior esquerdo da tela. Daí, aparece no canto direito um menu. Uma das opções é o link *Biblioteca*.

Aparece, então, uma relação com áreas de interesse e a descrição do que está em cada uma delas. Um dos links é *Regularização Fundiária*, que dá acesso ao conteúdo do acervo virtual da biblioteca.

Conselho investiga situação sócio criminal em JP

Diógenes de Luna

Combater os delitos em João Pessoa através da segurança preventiva. Com esse objetivo, o Conselho Municipal de Segurança e Direitos Humanos do município fará um levantamento da situação sócio-criminal da cidade. Ele auxiliará na definição de estratégias de segurança preventiva na cidade, já que serão reveladas as áreas onde a criminalidade se concentra.

A partir do levantamento, o conselho pode definir estratégias para a aplicação de políticas públicas de segurança e de direitos humanos na cidade. A segurança preventiva é destacada pelo presidente do Conselho Municipal, Rubens Pinto Lyra, como prioritária no combate à criminalidade na cidade. “Identificar as áreas

suscetíveis à ocorrência da criminalidade, como locais mal iluminados ou de pouca presença da força policial, são algumas das metas do levantamento”, afirma.

Efetivar estratégias de segurança preventiva é o objetivo principal a ser atingido com o levantamento sócio criminal. Além disso, sugerir mudanças para a atuação da Guarda Municipal é destacada por Rubens Lyra como atividade relevante. “A forma de abordagem dos policiais, utilizando força e violência, parece não surtir tanto efeito. A prevenção da criminalidade diminuirá as ocorrências policiais”, explica.

Ele enfatiza ainda que a integração com órgãos públicos, como a Polícia Militar e a Prefeitura de João Pessoa são fundamentais no sucesso dessa ação. A parceria com a Polícia

Militar iniciou com os comandantes do 1º e 4º batalhões proferindo palestras sobre a análise da situação sócio-criminal da cidade.

Conselho de Segurança e Direitos Humanos - O Conselho Municipal, criado em setembro de 2005, é responsável pela elaboração de um plano de segurança para a cidade. É composto por 18 conselheiros – representantes de setores públicos, de movimentos populares e de organizações não-governamentais. A presidenta da Fundação Margarida Maria Alves, Socorro Praxedes, representa a entidade no conselho.

Compete ao órgão, ainda, propor diretrizes para a atuação da Guarda Municipal, envolver o cidadão na promoção da segurança pública, apurar queixas e propor a abertura de procedimentos administrativos.

Programação

Abril

8 - Oficina de Políticas Públicas e Controle Social do curso de Juristas Populares

18 a 20 - Oficina do Fórum Nordeste de Reforma Urbana sobre Plataforma das Eleições, em Olinda

20 a 23 - Fórum Social Brasileiro - Recife-PE

Maio

5 - Lançamento da Campanha para Construção do Auditório e dos produtos da Fundação

6 - Oficina da Gênero do Curso de Juristas Populares

20 - Oficina de Redação do Curso de Juristas Populares

Junho

3 e 4 - Encontro Estadual de Juristas Populares: “Gestão pública e compromisso com a preservação e revitalização do meio ambiente”.

3 e 4 - Módulo de Direito Constitucional do Curso de Juristas Populares

24 - São João da Rede de Juristas Populares - Sta Rita-PB

Fundação faz parcerias para captar recursos

A Fundação Margarida Maria Alves lança no próximo mês a campanha “Só falta um tijolo de cada um de nós” com o objetivo articular parcerias para a construção do auditório da entidade. A campanha será lançada no dia 5 de maio, às 18h, na sede da Fundação, na rua Irineu Joffily, 185, centro de João Pessoa. Na ocasião serão apresentados os produtos criados pela Fundação e o projeto de construção do auditório.

No lançamento são esperados parceiros da Fundação, além de outras entidades da sociedade civil organizada e o público interessado. A cantora Cida

Alves será a atração artística do evento, prometendo animar o público com seu repertório inspirado na MPB.

O auditório será fundamental para algumas atividades da Fundação, como a realização do curso de Juristas Populares.

A empresa JCA Construções e Planejamento assina o projeto de engenharia de forma voluntária. A agência Signo criou a arte do folder da campanha também como parceira.

